
T4F Entretenimento S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2017 e
relatório do auditor independente***

T4F Entretenimento S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
T4F Entretenimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da T4F Entretenimento S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

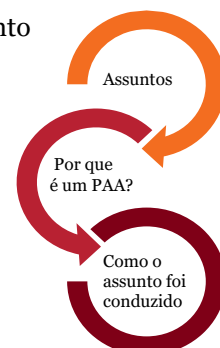
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da T4F Entretenimento S.A. e da T4F Entretenimento S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





T4F Entretenimento S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Projeções de resultado utilizadas na avaliação do valor recuperável do ágio (Notas 3(l) e 14(b)) e na realização de tributos diferidos (Notas 3(r) e 29)

A Companhia e suas controladas tem registrado saldos de ágio apurados em aquisições de investimentos em anos anteriores, cuja avaliação anual de recuperabilidade envolve julgamentos críticos por parte da administração na determinação dos fluxos de caixa futuros esperados de cada investida à qual o saldo de ágio se relaciona (unidade geradora de caixa).

A Companhia e suas controladas também têm registrado saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente referentes a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, os quais foram reconhecidos com base em estudo que contém as projeções de lucro tributável futuro.

Os temas acima permanecem como áreas de foco de auditoria, pois envolvem estimativas e julgamentos críticos da administração na preparação dos fluxos de caixa futuros, os quais, se alterados, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia e suas controladas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos cálculos e da razoabilidade das principais premissas consideradas pela administração na elaboração dos fluxos de caixa futuros.

Conferimos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, quando disponíveis, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos leitura das divulgações efetuadas.

Quanto aos trabalhos relacionados com os tributos diferidos, testamos, adicionalmente, as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes (Notas 3(o), 4(c) e 21)

A Companhia e suas controladas têm registrado, em 31 de dezembro de 2017, provisão para contingências que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, para os quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis pela administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois depende de eventos futuros que não estão sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis e a complexidade do sistema jurídico podem resultar em desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos. Além disso, mudanças em jurisprudências também podem trazer alterações nas estimativas da administração.

Em resposta a esse assunto, avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para contingências e os procedimentos adotados pela administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda possível e provável. Envolvemos nossos especialistas nas áreas tributária e trabalhista e avaliamos a razoabilidade das estimativas da administração e seus assessores jurídicos externos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Reconhecimento de receita de patrocínios e copatrocínios (Notas 3(q), 8, 19, 24 e 32)

A Companhia atua de forma verticalizada, com um modelo de negócios integrado que auferir receitas de uma variedade de atividades relacionadas não apenas à promoção dos espetáculos, mas também no envolvimento direto em todos os aspectos relacionados ao entretenimento ao vivo. Dentre esses, está a operação de casas de espetáculos e de bilheterias, produtos promocionais (*merchandising*) e a negociação de patrocínios e copatrocínios por meio da venda de direitos para divulgação das marcas em suas casas de

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a atualização do entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento de receita de patrocínios e copatrocínios, bem como do desenho dos controles internos relacionados à sua mensuração; a inspeção dos contratos, em bases amostrais; o teste do cálculo da receita para os elementos dos contratos selecionados, checando o período de competência para o registro da receita incorrida em relação à ocorrência dos eventos patrocinados, nos termos contratuais pactuados; e o

T4F Entretenimento S.A.

Porque é um PAA

espetáculos, incluindo a venda do direito de nomeá-las (*naming rights*) e o patrocínio permanente de espetáculos.

Especificamente no caso de patrocínios e copatrocínios as receitas são reconhecidas mediante a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

Em função da complexidade, diversidade das condições contratuais e o grau de julgamento desse processo que envolve múltiplos elementos, mantivemos o reconhecimento da receita de contratos de patrocínios e copatrocínios como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

confronto dos valores dos contratos de patrocínio selecionados com os registros contábeis e com o seu recebimento subsequente.

Adicionalmente, comparamos o histórico das receitas reconhecidas com patrocínios e copatrocínios de eventos anuais recorrentes com as receitas de patrocínio e copatrocínio reconhecidas no exercício corrente.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da receita de patrocínio e copatrocínio são razoáveis e consistentes com dados e informações observáveis.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



T4F Entretenimento S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

T4F Entretenimento S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



T4F Entretenimento S.A.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6.a)	138.942	84.968	198.015	123.147	Fornecedores	16	22.174	24.141	69.077	52.708
Aplicações financeiras	6.b)	-	14.314	-	14.314	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	17.376	18.462	17.376	18.462
Caixa restrito	7	6.773	5.724	6.773	5.724	Salários, provisões e encargos sociais		3.455	3.469	5.321	5.462
Contas a receber de clientes	8	122.684	46.426	174.193	68.188	Impostos e contribuições a recolher	18	3.251	3.976	15.104	10.579
Estoques		105	105	1.019	1.343	Adiantamentos de clientes	19	158.065	77.996	195.959	96.491
Impostos a recuperar	9	2.316	3.256	24.576	24.032	Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	20	4.282	249	4.282	249
Adiantamentos a fornecedores	10	3.721	4.612	11.379	14.497	Dividendos a pagar		10.534	6.315	10.534	6.315
Custos antecipados	11	24.755	18.636	37.372	25.430	Partes relacionadas	13	27.849	30.484	-	-
Dividendos a receber de controladas		1.461	1.938	-	-	Outras obrigações	22	2.242	415	11.509	3.740
Outras contas a receber	12	1.379	1.895	19.171	6.736	Total do passivo circulante		<u>249.228</u>	<u>165.507</u>	<u>329.162</u>	<u>194.006</u>
Total do ativo circulante		<u>302.136</u>	<u>181.874</u>	<u>472.498</u>	<u>283.411</u>						
						NÃO CIRCULANTE					
NÃO CIRCULANTE						Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	8.333	25.072	8.333	25.072
Realizável a longo prazo:						Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	21.815	21.523	23.885	23.100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	55.180	70.494	59.527	73.139	Provisão para perdas em investimentos em controladas	14.a)	2.723	611	-	-
Depósitos judiciais	21	22.071	22.159	24.698	24.780	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	203	466
Partes relacionadas	13	<u>21.217</u>	<u>15.370</u>	<u>7.957</u>	<u>6.436</u>	Impostos e contribuições a recolher	18	5.293	4.932	5.752	6.414
Total do realizável a longo prazo		<u>98.468</u>	<u>108.023</u>	<u>92.182</u>	<u>104.355</u>	Outras obrigações	22	<u>1.343</u>	<u>1.742</u>	<u>3.364</u>	<u>1.742</u>
						Total do passivo não circulante		<u>39.507</u>	<u>53.880</u>	<u>41.537</u>	<u>56.794</u>
Investimentos em controladas	14.a)	88.733	89.612	-	-	Total do passivo		<u>288.735</u>	<u>219.387</u>	<u>370.699</u>	<u>250.800</u>
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	110.487	110.487	-	-						
Imobilizado	15.a)	9.412	10.573	15.697	31.676	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível:						Capital social	23	243.022	243.022	243.022	243.022
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	-	-	113.008	113.603	Gastos com emissão de ações	23	(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Outros intangíveis	15.b)	<u>3.022</u>	<u>4.291</u>	<u>4.099</u>	<u>5.345</u>	Reservas de capital	23	4.853	3.733	4.853	3.733
Total do ativo não circulante		<u>310.122</u>	<u>322.986</u>	<u>224.986</u>	<u>254.979</u>	Ações em tesouraria	23	(263)	-	(263)	-
						Reserva de reavaliação	15.c)	935	995	935	995
						Reservas de lucros	23	70.510	37.090	70.510	37.090
						Outros resultados abrangentes	23	<u>14.131</u>	<u>10.298</u>	<u>14.131</u>	<u>10.298</u>
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		<u>323.523</u>	<u>285.473</u>	<u>323.523</u>	<u>285.473</u>
						Participação dos acionistas não controladores					
						no patrimônio líquido das controladas		-	-	3.262	2.117
						Total do patrimônio líquido consolidado		<u>323.523</u>	<u>285.473</u>	<u>326.785</u>	<u>287.590</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>612.258</u></u>	<u><u>504.860</u></u>	<u><u>697.484</u></u>	<u><u>538.390</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>612.258</u></u>	<u><u>504.860</u></u>	<u><u>697.484</u></u>	<u><u>538.390</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	24	406.618	428.246	652.895	792.454
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	25.b)	(316.376)	(357.207)	(518.171)	(658.372)
LUCRO BRUTO		90.242	71.039	134.724	134.082
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Vendas	25.a)	(782)	(795)	(1.470)	(2.028)
Gerais e administrativas	25.a)	(38.243)	(35.347)	(60.983)	(64.490)
Remuneração dos administradores	13.2 e 25.a)	(6.941)	(7.832)	(8.921)	(8.861)
Equivalência patrimonial	14	11.511	10.648	-	-
Outras (despesas) receitas, líquidas	28	5.021	(1.063)	4.770	(5.418)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		60.808	36.650	68.120	53.285
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	27	(9.439)	(12.561)	(14.639)	(21.038)
Receitas financeiras	27	9.083	10.920	15.208	21.222
Variação cambial e monetária, líquida	27	1.414	(434)	1.141	(6.967)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		61.866	34.575	69.830	46.502
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	29	(2.354)	-	(10.873)	(8.006)
Diferidos	29	(15.158)	(7.983)	(13.691)	(12.471)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		44.354	26.592	45.266	26.025
LUCRO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				44.354	26.592
Acionistas não controladores				912	(567)
				45.266	26.025
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	36	0,6574	0,3810		
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	36	0,6337	0,3762		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	44.354	26.592	45.266	26.025
Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:				
Variação cambial na conversão de operações no exterior	3.833	(4.803)	3.833	(4.803)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>48.187</u>	<u>21.789</u>	<u>49.099</u>	<u>21.222</u>
Total do resultado abrangente do período atribuível a:				
Acionistas controladores			48.187	21.789
Acionistas não controladores			912	(567)
			<u>49.099</u>	<u>21.222</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Reserva de capital					Reservas de Lucros					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Efeitos em transações de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do período	Ações em Tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	243.022	(9.665)	5.228	(2.043)	1.075	10.713	5.937	-	-	15.101	269.368	2.723	272.091
Pagamentos baseado em ações	33	-	-	548	-	-	83	-	-	-	631	-	631
Realização da reserva de reavaliação	23	-	-	-	(80)	-	80	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	-	26.592	-	-	26.592	(567)	26.025
Outros resultados abrangentes -	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.803)	(4.803)	(39)	(4.842)
Varição cambial na conversão de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.803)	(4.803)	(39)	(4.842)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	-	-	26.592	-	(4.803)	21.789	(606)	21.183
Destinação do resultado do exercício:													
Reserva legal		-	-	-	-	1.330	-	(1.330)	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(6.315)	-	-	(6.315)	-	(6.315)
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	18.947	(18.947)	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	243.022	(9.665)	5.776	(2.043)	995	12.043	25.047	-	-	10.298	285.473	2.117	287.590
Pagamentos baseado em ações	33	-	-	1.120	-	-	-	-	-	-	1.120	-	1.120
Aquisição de tesouraria	23	-	-	-	-	-	-	-	(263)	-	(263)	-	(263)
Realização da reserva de reavaliação	23	-	-	-	(60)	-	60	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	(459)	44.354	-	-	43.895	912	44.807
Outros resultados abrangentes -	23	-	-	-	-	-	-	-	-	3.833	3.833	233	4.066
Varição cambial na conversão de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	3.833	3.833	233	4.066
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	-	(459)	44.354	-	3.833	47.728	1.145	48.873
Destinação do resultado do exercício:													
Reserva legal		-	-	-	-	2.217	-	(2.217)	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(10.535)	-	-	(10.535)	-	(10.535)
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	31.602	(31.602)	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	243.022	(9.665)	6.896	(2.043)	935	14.260	56.250	-	(263)	14.131	323.523	3.262	326.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido		44.354	26.592	45.266	26.025
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	14	(11.511)	(10.648)	-	-
Resultado na incorporação de empresa controlada Aurolights		(459)	-	(459)	-
Depreciação e amortização	25.b)	4.487	5.378	6.893	11.339
Custo residual de ativo imobilizado baixado		(671)	56	13.153	78
Imposto de renda e contribuição social diferidos		15.314	7.983	13.417	12.471
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		6.670	15.614	3.382	317
Pagamentos baseados em ações		1.120	631	1.120	631
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	(675)	1.542	3	1.688
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.a)	332	(351)	1.155	(371)
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(76.590)	64.446	(107.380)	92.355
Estoques		-	(33)	251	99
Impostos a recuperar		940	(126)	(2.155)	6.521
Adiantamento a fornecedores		891	(748)	3.081	11.896
Outras contas a receber		516	238	(13.085)	(868)
Depósitos judiciais		88	(1.138)	63	(1.280)
Custos antecipados		(6.119)	7.612	(12.192)	47.288
Fornecedores		(1.983)	(13.200)	17.569	(38.497)
Impostos e contribuições a recolher		(364)	1.157	4.228	(3.592)
Salários, provisões e encargos sociais		(14)	(1.764)	(22)	(1.851)
Adiantamentos de clientes		80.069	(126.700)	99.468	(240.062)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		-	-	(179)	-
Outras obrigações		4.411	(5.355)	12.778	(3.588)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	-	-	(1.098)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		60.806	(28.814)	86.355	(80.499)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimento de dividendos de controladas		1.938	9.692	-	-
Aplicações financeiras		14.314	(13.761)	14.314	(13.761)
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	-	-	139	-
Aquisição de imobilizado e intangível	15	(1.370)	(1.636)	(2.808)	(4.016)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		14.882	(5.705)	11.645	(17.777)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aquisição de ações próprias		(263)	-	(263)	-
Partes relacionadas		6.035	12.012	(874)	(873)
Pagamentos de dividendos		(6.316)	(1.979)	(6.316)	(1.979)
Contratação de empréstimos e financiamentos		-	-	-	4.518
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	-	-	(10.361)
Pagamento de debêntures - principal		(16.667)	(8.333)	(16.667)	(8.333)
Pagamento de debêntures - juros		(5.335)	(8.074)	(5.335)	(8.074)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(22.546)	(6.374)	(29.455)	(25.102)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		832	(3.504)	6.323	7.465
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		53.974	(44.397)	74.868	(115.913)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo inicial		84.968	129.365	123.147	239.060
Saldo final		138.942	84.968	198.015	123.147
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		53.974	(44.397)	74.868	(115.913)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
RECEITAS				
De serviços e produtos	467.299	491.433	723.748	891.017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(134)	351	(804)	371
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(305.742)	(346.438)	(497.046)	(622.715)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.879)	(22.697)	(40.787)	(51.721)
Perda de valores ativos	4.990	(1.519)	4.941	(2.061)
VALOR ADICIONADO BRUTO	144.534	121.130	190.052	214.891
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(4.487)	(5.378)	(6.893)	(11.339)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	140.047	115.752	183.159	203.552
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	21.940	22.021	16.704	11.106
Receitas financeiras e variação cambial	10.497	10.486	16.757	14.255
Resultado de equivalência patrimonial	11.511	10.648	-	-
Outras receitas	(68)	887	(53)	(3.149)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	161.987	137.773	199.863	214.658
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	25.401	22.735	38.195	39.556
Remuneração direta	19.552	18.051	31.317	33.313
Benefícios	4.774	3.616	5.553	4.720
FGTS	1.075	1.068	1.325	1.523
Impostos, taxas e contribuições	82.704	75.811	100.672	125.457
Federais	65.270	58.058	80.494	105.149
Estaduais	-	-	2.274	2.183
Municipais	17.434	17.753	17.904	18.125
Remuneração de capitais de terceiros	9.528	12.635	15.730	23.620
Juros	9.012	12.333	14.715	21.927
Aluguéis	516	302	1.015	1.693
Remuneração de capital próprio	44.354	26.592	45.266	26.025
Dividendos	-	6.345	-	6.345
Lucros retidos	44.354	20.247	44.354	20.247
Participação dos acionistas não controladores	-	-	912	(567)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	161.987	137.773	199.863	214.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra seis casas de espetáculos na América do Sul: Citibank Hall, Teatro Cetip e Teatro Renault, em São Paulo, KM de Vantagem Hall, no Rio de Janeiro, KM de Vantagem Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Allianz, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem a Stockcar o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Demonstrações Financeiras da Companhia compreendem:

- A apresentação das Demonstrações do Valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas a DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração como consequência pelas IFRS essa demonstração esta apresentado como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.
- As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado:

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº15). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 29).

i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº15). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

p) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

q) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.

u) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

Empréstimos e recebíveis: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 30) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”). O grupo não possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2017.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

w) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 33).

x) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

y) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

z) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 31 de dezembro de 2017, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor para 1 de janeiro de 2018, como IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e IFRS 15 (Receitas com clientes), além do IFRS 16 (Contratos de Leasing) que entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019. Em relação ao IFRS 9 e 15, a administração efetuou uma análise dos principais contratos e não identificou divergências significativas que resultará em impactos materiais as demonstrações financeiras.

i) IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos financeiros – Substitui as orientações existentes na IAS 39, exceto para o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, o impacto analisado esperado com a perda estimada com o crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”), na rubrica de clientes não será material em relação à rubrica do Contas a Receber.

ii) IFRS 15 (CPC 47) Receita de contratos com clientes - Substitui as orientações existentes na IAS 18/IAS 11, e determina essencialmente que a receita passe a ser reconhecida, não mais pela transferência de riscos e benefícios ao cliente, mas pela transferência de controle, onde o atingimento de obrigações de performance, reconhecidas ao longo do tempo ou em determinado momento, identificadas nos contratos firmados é determinante para avaliação da contraprestação que a empresa espera receber em troca do controle desses bens ou serviços, e portanto a parcela da receita a ser reconhecida. A IFRS 15 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças que produzam impacto em suas demonstrações financeiras, devido a: (i) todos os critérios para o reconhecimento da receita já são atendidos; e (ii) a Companhia não possui obrigações de desempenho posteriores a entrega dos bens, ou seja, a Companhia satisfaz à obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente em momento específico no tempo.

- Modificações à IFRS 11/CPC 15 – Negócios em conjunto.
- Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras.
- Modificações à IFRS 10 / CPC 36 e IAS 28 / CPC 18 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
- Modificações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização Aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 (pequenas alterações no IFRS 5, IFRS 7 IAS 19 e IAS 34).

aa) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Pronunciamento	Descrição
IFRS 2	Pagamento baseado em ações (i)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (ii)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (ii)
IFRS 16	Arrendamento mercantil (iii)

(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da Companhia esta avaliando essas novas normas e os reflexos decorrentes das alterações serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 21). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

d) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras de todas as investidas para a mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na (nota explicativa nº 3). Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2017	2016		2017	2016
Time for Fun Mídia Ltda. ⁽¹⁾	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. ⁽³⁾	-	100,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00			
Ticket Co. SpA	100,00	100,00			
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	99,99			
Ticketek S.A.C	99,99	99,99			
T4F Entretenimientos Argentina S.A. ⁽⁴⁾	98,29	98,29			
T4F Bizarro Producciones SpA. ⁽²⁾	60,00	60,00			

(1) Atual denominação social da Área Marketing Brasil Ltda alterada em 30 de junho de 2015.

(2) Constituída em 8 de setembro de 2015, no Chile, mediante contrato firmado entre T4F Entretenimiento S.A. e Eventos Bizarro SpA na proporção de 60% e 40%, respectivamente.

(3) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu o percentual de minoritários da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos passando a deter 100% das ações. Em 11 de Setembro de 2017 a Aurolights foi incorporada pela T4F Entretenimientos S.A.

(4) Em 30 de novembro de 2015, a Companhia passou a deter controle direto da T4F Entretenimientos Argentina S.A., antes consolidada diretamente na T4F Inversiones S.A mediante capitalização de mútuos.

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos e a receita líquida das controladas diretas e indiretas de 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Controladas:	2017			2016		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	1.386	1.063	-	1.352	1.063	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	-	-	-	18.654	1.783	12.639
Metropolitan Empreendimentos S.A.	13.602	15.465	12.239	7.172	7.783	14.876
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	19.239	4.580	15.916	14.181	3.904	20.572
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	79.493	31.963	39.738	54.884	14.563	43.698
T4F USA Inc.	2.539	3	-	2.428	3	-
Ticket Co. SpA	181.762	174.816	7.799	163.423	157.339	8.236
Vicar Promoções Desportivas S.A.	14.175	5.485	29.625	18.900	8.296	26.220
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	7.823	9.259	15.479	2.223	2.174	1
T4F Bizarro Producciones SpA.	51.647	45.316	91.601	23.924	22.610	65.181
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	42.791	37.238	36.780	14.970	11.416	177.775

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. - tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entrenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entrenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entrenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entrenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Bizarro Producciones SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- Ticketek S.A.C. - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos (c)	8.234	1.749	20.699	8.989
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	96.967	72.149	139.734	88.303
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	23.105	423	23.359	501
Operação compromissada - DI (b)	7.319	10.647	10.906	25.354
Time deposit (c)	3.317	-	3.317	-
Total	138.942	84.968	198.015	123.147

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Crédito Privado e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 85% a 100% da variação do CDI (88% a 100% em 31 de dezembro de 2016), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 20). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$6.773 (R\$5.724 em 31 de dezembro de 2016).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Clientes faturados (i)	25.266	6.483	39.018	20.523
Bilheteria (ii)	78.409	30.242	103.498	38.136
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	19.571	9.931	37.691	14.388
Total das contas a receber	123.246	46.656	180.207	73.047
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(562)	(230)	(6.014)	(4.859)
Total	122.684	46.426	174.193	68.188

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer:	118.819	44.902	162.765	62.519
Vencidas:				
Até 30 dias	2.852	800	10.074	3.953
De 31 a 60 dias	586	88	1.156	294
De 61 a 90 dias	427	636	696	1.781
De 91 a 180 dias	103	33	(588)	145
Há mais de 180 dias	459	197	6.104	4.355
Total das contas a receber	123.246	46.656	180.207	73.047

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	230	4.859
(+) Adições	341	1.401
(-) Reversões e baixas	(9)	(246)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	562	6.014

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRPJ/CSLL - antecipações	12	-	1.695	2.606
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	257	1.689	7.117	7.032
Programa de Integração Social - PIS	-	-	19	18
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	84	85
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.983	3.056
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	1.132	3.071
Crédito de imposto de renda de primeira categoria - Chile	-	-	5.830	4.673
Outros	2.047	1.567	3.716	3.491
Total	2.316	3.256	24.576	24.032

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	470	4.105	4.044	8.149
Outros	3.251	507	7.335	6.348
Total	3.721	4.612	11.379	14.497

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Eventos, shows e espetáculos contratados	23.521	17.665	32.777	22.296
Outros	1.234	971	4.595	3.134
Total	24.755	18.636	37.372	25.430
Circulante	24.755	18.636	37.372	25.430

As parcelas para a apropriação ao resultado para os eventos, shows e espetáculos contratados, têm a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
1º trimestre de 2018	13.269	21.045
2º trimestre de 2018	3.270	4.590
3º trimestre de 2018	18	177
4º trimestre de 2018	6.217	6.217
A partir de 2019	747	748
	23.521	32.777

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2017	2016
T4F Bizarro Producciones SpA.(i)	10.796	-
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.(ii)	6.427	4.439
Outros	1.948	2.297
	19.171	6.736

(i) Os valores registrados nesta rubrica referem-se substancialmente a valores creditados a título de participação nos resultados dos eventos realizados pela T4F Bizarro, conforme acordo de acionistas entre T4F Entretenimento SA e Eventos Bizarro.

(ii) Refere-se a valores a receber de terceiros como repasse das vendas de ingressos efetuadas em bilheterias de outros produtores.

13. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

13.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

	2017			2016		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	950	-	-	950	-	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	-	-	-	-	4.029	(8.348)
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	-	4.308	179	-	3.851	151
F.A. Comércio e Participações S.A.	-	-	-	-	-	2
Metropolitan Empreendimentos S.A. (v)	14.124	-	(5.446)	11.241	-	(5.098)
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	-	-	-	-	-	19
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.098	-	-	589	-	(48)
T4F Chile S.A. (ii)	-	19.194	(798)	-	18.397	1.154
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	-	1.912	(28)	-	1.884	(493)
T4F USA Inc. (iii)	-	2.435	(120)	-	2.323	(44)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	690	-	1.180	486	-	1.091
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	3.355	-	(440)	2.104	-	(617)
Total	21.217	27.849	(5.473)	15.370	30.484	(12.231)

Consolidado:

	2017		2016		
	Ativo não circulante	Receita financeira	Ativo não circulante	Receita financeira	
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	3.530	647	3.188	151
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	-	-	-	2
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	-	-	-	19
Eventos Bizarro SpA.	Outras partes relacionadas	4.427	-	3.248	-
Total		7.957	647	6.436	172

(i) Em janeiro de 2015, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional, no montante de R\$12.000. O empréstimo é atualizado anualmente pelo CDI e por juros de 2%.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$700 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$6.800 mil, após capitalização o montante passou a ser de US\$2.200 mil. O empréstimo é atualizado anualmente por juros de 7,6%. Em abril de 2017 a companhia assinou novo contrato no montante de US\$800 mil. A taxa anual de atualização correspondente é de LIBOR+3%.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

13.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	2017				2016			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	380	-	-	380	446	-	-	446
Diretores estatutários	4.237	1.645	679	6.561	4.836	2.063	487	7.386
Total	4.617	1.645	679	6.941	5.282	2.063	487	7.832

Consolidado	2017				2016			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	380	-	-	380	446	-	-	446
Diretores estatutários	5.966	1.896	679	8.541	5.507	2.421	487	8.415
Total	6.346	1.896	679	8.921	5.953	2.421	487	8.861

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores na controladora para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2017 foi fixado em R\$11.689 e contempla: i) Remuneração Fixa; ii) Benefícios; iii) Remuneração variável de curto prazo; iv) Remuneração variável de longo prazo e v) Pagamento baseado em ações.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de dezembro de 2017

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	323	34	99,99	34	-	323
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(1.863)	(1.252)	99,99	(1.252)	(1.862)	-
T4F Entretenimentos Argentina S.A.	5.553	2.616	98,29	2.617	-	5.553
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	14.659	5.843	99,99	5.842	-	14.659
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	47.531	3.896	100,00	3.896	-	47.531
T4F USA Inc.	2.536	72	100,00	72	-	2.536
Ticket Co. SpA.	6.946	131	100,00	131	-	6.946
T4F Peru Entretenimentos S.A.C.	(1.435)	(1.464)	60,00	(878)	(861)	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	6.332	4.462	60,00	2.677	-	3.799
Vicar Promoções Desportivas S.A.	8.689	(1.915)	85,00	(1.628)	-	7.386
Total				11.511	(2.723)	88.733

a.2) 31 de dezembro de 2016

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	289	35	99,99	35	-	289
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	16.871	(322)	100,00	(322)	-	16.871
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(611)	(757)	99,99	(757)	(611)	-
T4F Entretenimentos Argentina S.A.	3.554	5.578	98,29	5.483	-	3.493
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	10.277	7.750	99,99	7.750	-	10.276
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	40.321	3.342	100,00	3.342	-	40.321
T4F USA Inc.	2.425	(144)	100,00	(144)	-	2.425
Ticket Co. SpA.	6.084	247	100,00	247	-	6.084
T4F Peru Entretenimentos S.A.C.	49	(1.353)	99,99	(1.353)	-	49
T4F Bizarro Producciones SpA.	1.315	253	60,00	152	-	789
Vicar Promoções Desportivas S.A.	10.604	(4.453)	85,00	(3.785)	-	9.015
Total				10.648	(611)	89.612

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

	Controladora	Controladora
	2017	2016
Saldo inicial do investimento líquido	89.001	70.737
Equivalência patrimonial	11.511	10.648
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	3.830	(4.788)
Capitalização de mútuo em controladas	-	21.611
Dividendos de controladas	(1.461)	(9.207)
Baixa de investimento (Incorporação Aurolights). (i)	(16.871)	-
Saldo final do investimento líquido	86.010	89.001
Provisão para perdas em investimentos em controladas	2.723	611
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	88.733	89.612

(i) Baixa de investimento originado na incorporação da Aurolights pela T4F Entretenimento S.A.

b) **Ágio na aquisição de investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (iv)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (vi)	-	-	2.521	3.116
Total	110.487	110.487	113.008	113.603

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são as que seguem:

	2017			2016		
	Brasil	Argentina	Chile	Brasil	Argentina	Chile
Cálculo do CAPM & WACC						
Risk Free	2,8%	2,8%	2,8%	2,0%	2,0%	2,0%
Market Risk Premium	6,7%	8,6%	3,9%	5,3%	13,2%	2,9%
Beta	106,0%	106,0%	106,0%	50,0%	50,0%	50,0%
Country Risk (bps)	4,0%	5,9%	1,1%	3,3%	11,2%	0,9%
Inflation	4,0%	15,0%	2,0%	10,5%	16,8%	4,4%
Income Tax Rate	34,0%	35,0%	26,0%	34,0%	35,0%	22,5%
Before Tax Cost of Debt	9,4%	22,0%	5,4%	16,7%	27,0%	5,0%
Kd	6,2%	14,3%	4,0%	11,0%	17,6%	3,9%
Ke	17,8%	32,7%	10,0%	18,4%	36,5%	8,7%
WACC	17,2%	31,8%	9,7%	16,6%	31,8%	7,5%

(i) **Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.**

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(v) **Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de "Purchase Price Allocation (PPA)". Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.**

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

15. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	187	219
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	76.391	76.000	98.371	98.332
Móveis e utensílios	5.326	4.968	9.720	9.700
Máquinas e equipamentos	14.253	13.985	19.236	37.264
Equipamentos de processamento de dados	7.662	7.510	12.628	12.490
Estruturas	9.100	9.053	9.260	20.971
Veículos	1.002	419	6.196	6.030
Imobilizado em andamento	141	123	144	164
Total	113.875	112.058	155.742	185.170

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(74.266)	(73.797)	(92.960)	(91.992)
Móveis e utensílios	6	(3.963)	(3.339)	(7.637)	(7.030)
Máquinas e equipamentos	12	(9.769)	(9.141)	(13.405)	(23.634)
Equipamentos de processamento de dados	18	(7.086)	(6.603)	(11.557)	(10.957)
Estruturas	13	(8.804)	(8.252)	(8.887)	(14.445)
Veículos	20	(575)	(353)	(5.599)	(5.436)
Total		(104.463)	(101.485)	(140.045)	(153.494)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	187	219
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	2.125	2.203	5.413	6.341
Móveis e utensílios	1.363	1.629	2.083	2.670
Máquinas e equipamentos	4.484	4.844	5.829	13.630
Equipamentos de processamento de dados	576	907	1.071	1.533
Estruturas	296	801	373	6.525
Veículos	427	66	597	594
Imobilizado em andamento	141	123	144	164
Total	9.412	10.573	15.697	31.676

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Custo	-	11.826	11.800	16.269	16.574
Amortização	20	(8.804)	(7.509)	(12.170)	(11.229)
Total		3.022	4.291	4.099	5.345

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	2017		2016	
	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	606	(429)	177	212
Máquinas e equipamentos	2.129	(980)	1.149	1.226
Equipamentos de processamento de dados	209	(145)	64	69
Equipamentos Aurolights - incorporação	95	(67)	28	-
	28.373	(26.955)	1.418	1.507
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(483)	(512)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			935	995

Consolidado:

	2017		2016	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.182	(936)	246	305
Máquinas e equipamentos	3.911	(2.267)	1.644	1.773
Equipamentos de processamento de dados	276	(209)	67	72
Equipamentos Aurolights - incorporação	95	(67)	28	-
	<u>30.798</u>	<u>(28.813)</u>	<u>1.985</u>	<u>2.150</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(675)	(731)
Eliminações do consolidado (i)			<u>(375)</u>	<u>(424)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>935</u>	<u>995</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	10.573	12.893	31.676	37.790
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	391	216	704	599
Móveis e utensílios	32	386	89	762
Máquinas e equipamentos	227	239	587	1.385
Equipamentos de processamento de dados	103	132	355	340
Estruturas	-	241	148	675
Veículos	442	-	452	-
Adiantamentos de imobilizado	165	512	139	408
Transferência de ativo imobilizado - Incorporação ⁽¹⁾	31.559	-	31.559	-
Total de adições	<u>32.919</u>	<u>1.726</u>	<u>34.033</u>	<u>4.169</u>
Baixas líquidas	(11.273)	(56)	(23.191)	53
Depreciação	(3.191)	(3.990)	(5.215)	(9.520)
Depreciação - Incorporação ⁽¹⁾	(19.616)	-	(21.512)	-
Efeitos de variação cambial	-	-	(94)	(816)
	<u>(34.080)</u>	<u>(4.046)</u>	<u>(50.012)</u>	<u>(10.283)</u>
Saldo final	<u>9.412</u>	<u>10.573</u>	<u>15.697</u>	<u>31.676</u>

(1) O total residual dos ativos transferidos por incorporação é de R\$11.943 e referem-se substancialmente aos montantes de R\$6.540 no grupo de máquinas e equipamentos, R\$4.749 no grupo de estruturas e R\$654 em outros. Em dezembro de 2017 parte relevante desses ativos foi baixada por venda e em 31 de dezembro de 2017 o saldo residual dos ativos transferidos por incorporação é de R\$670.

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios de R\$355, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 31 de dezembro de 2017, há aproximadamente R\$14.298, ainda em uso, totalmente depreciados.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	4.291	5.678	5.345	7.136
Adições:				
Software	26	1	353	297
Transferência de intangível - Incorporação	29	-	29	-
Amortização ⁽¹⁾	(1.296)	(1.388)	(1.678)	(1.819)
Amortização - Incorporação	(24)	-	(26)	-
Baixas líquidas	(4)	-	76	(269)
Saldo final	<u>3.022</u>	<u>4.291</u>	<u>4.099</u>	<u>5.345</u>

(1) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 25.b).

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores nacionais	22.001	23.801	68.709	52.337
Fornecedores estrangeiros	173	340	368	371
Total	<u>22.174</u>	<u>24.141</u>	<u>69.077</u>	<u>52.708</u>

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Debêntures (a)	CDI + 2,40%	25.637	43.377	25.637	43.377
Empréstimo (b)	3,5%	72	157	72	157
Total		25.709	43.534	25.709	43.534
Parcela do passivo circulante		17.376	18.462	17.376	18.462
Parcela do passivo não circulante		8.333	25.072	8.333	25.072

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora e Consolidado
2019	8.333
Total	8.333

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 11 de março de 2015, o Instrumento Particular de Escritura da segunda emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 50 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$50.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 11 de março de 2015.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por:

- i) Cessão fiduciária, dos direitos de patrocínio e nomeação das casas de espetáculo.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

b) Empréstimos e financiamentos

A modalidade de crédito BNDES - Fimane crédito disponibilizado com destinação única e exclusiva para a aquisição de equipamentos, vencimento de 54 meses com taxa de 3,5% ao ano e prazo de quitação para outubro de 2018. A linha de crédito foi utilizada para a casa de espetáculo KM de Vantagens Hall em Belo Horizonte.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
COFINS a recolher	380	1.695	708	2.343
PIS a recolher	79	367	148	506
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.546	1.284	1.898	1.657
IRPJ e CSLL a recolher	649	-	9.080	2.249
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	349	252	217	252
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	798	292
IVA - imposto de valor agregado	-	-	1.025	2.272
ICMS a recolher - faturamento	(37)	-	(201)	-
INSS de terceiros a recolher	167	229	286	332
Outros	118	149	690	350
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	455	326
Passivo circulante	3.251	3.976	15.104	10.579
Parcelamento de ISS (b)	1.354	935	1.354	935
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	3.939	3.997	3.939	3.997
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	459	1.482
Passivo não circulante	5.293	4.932	5.752	6.414

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 30 de setembro de 2017, o saldo remanescente era de R\$3.939 (R\$3.997 em 31 de dezembro de 2016). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB Nº15/2014, pendente de posterior homologação por parte da Receita Federal do Brasil.

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de dezembro de 2017 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.703 (R\$1.187 em 31 de dezembro de 2016).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 31 de dezembro de 2017 a controlada no exterior T4F Entrenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 84 meses); (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 12 meses).

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contratos de "naming rights" (a)	12.246	3.834	12.246	3.834
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	13.271	6.083	25.913	15.563
Eventos privados (b.2)	10.233	795	10.260	1.034
Vendas antecipadas de ingressos (c)	122.315	67.284	147.540	75.724
Locação de equipamentos	-	-	-	336
Total	158.065	77.996	195.959	96.491

(a) Contratos de "naming rights": consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

20. PATROCÍNIO - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica "Caixa restrito" (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são recolhidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor aprovado	
		2017	2016
Wicked	15 9521	18.106	-
Os Miseráveis	16 3306	14.935	331
Fuerza Bruta - LOOK UP!	17 6997	3.360	1.951
Fantasma da Ópera	17 8343	9.690	2.000
Total		46.091	4.282

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas	7.863	6.661	9.345	7.650
Cíveis	13.766	14.686	14.097	15.027
Tributários	186	176	443	423
Total	21.815	21.523	23.885	23.100
Não circulante	21.815	21.523	23.885	23.100

21.1) Provisões tributárias

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 92.186 (R\$81.076 em 31 de dezembro de 2016).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de dezembro de 2017, o montante global desses processos, era de aproximadamente R\$ 47.767.

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2017, o valor estimado do processo é R\$ 12.321 (R\$11.692 em 31 de dezembro de 2016).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excede o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2017, o valor envolvido era de R\$ 5.298 (R\$5.007 em 31 de dezembro de 2016).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado dos dois processos é de R\$11.771 (R\$11.158 em 31 de dezembro de 2016).

e) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autou a Companhia no montante aproximado de R\$17.071 para data base de 31 de dezembro de 2017, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bitributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, valor estimado de 50% do total, e remota para o item (ii), em montante correspondente a 50% do total acima informado.

f) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$2.639 (R\$7.784 em 31 de dezembro de 2016).

21.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$8.264 (R\$10.517 em 31 de dezembro de 2016).

21.3) Provisões cíveis e outras

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 29.611 (R\$23.987 em 31 de dezembro de 2016).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de dezembro de 2017 é de aproximadamente R\$2.123 (R\$2.039 em 31 de dezembro de 2016) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas ("ACP") a saber: (i) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.133, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível; (ii) ACP proposta pela ADECON - Associação dos Consumidores do Rio Grande do Sul, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$2.317 em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada improcedente em 2ª instância e de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível, e aguarda-se julgamento de recurso do autor da ação.

c) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas relacionadas às apresentações de "Quidam", nas aludidas localidades, nos períodos de junho a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.012, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento; (ii) ACP proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$330.722, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda em ambos os casos é possível.

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de dezembro de 2017 o valor em discussão é de R\$ 1.536 (R\$1.402 em 31 de dezembro de 2016). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2017, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$24.698 (R\$24.780 em 31 de dezembro de 2016).

21.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	2016	Provisão (reversão)	Atualização monetária	2017
	Trabalhistas	6.661	371	831
Cíveis	14.686	(1.046)	126	13.766
Tributário	176	-	10	186
Total	21.523	(675)	967	21.815

Consolidado	2016	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	2017
	Trabalhistas	7.650	1.020	(179)	895	(41)
Cíveis	15.027	(1.016)	-	134	(48)	14.097
Tributário	423	-	-	20	-	443
Total	23.100	4	(179)	1.049	(89)	23.885

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor contabilizado como outras obrigações refere-se quase em sua totalidade a valores a serem repassados à clientes pela administração de bilheteria e venda de ingressos de eventos de terceiros de acordo com o fluxo estabelecido em contrato.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017 e em 2016, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 67.500.665 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

	2017
Lucro líquido do exercício	44.354
(-) Reserva legal	(2.218)
Base de cálculo dos dividendos obrigatórios	42.136
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	10.534

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 33).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de maio de 2017, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 18 meses, a compra de até 2.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento (“Programa de Recompra” ou “Programa”).

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Mercado das
					Ações (R\$ mil)*
34.400	263	7,66	8,01	8,18	253

24. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta:				
Serviços	466.432	489.696	702.697	859.379
Produtos	867	1.737	21.051	31.638
Impostos incidentes	(60.681)	(63.187)	(70.853)	(98.563)
Receita líquida	406.618	428.246	652.895	792.454

25. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(22.992)	(21.500)	(35.379)	(36.993)
Serviços de terceiros	(19.994)	(19.306)	(25.464)	(27.131)
Utilidades e facilidades	(1.513)	(1.182)	(4.411)	(4.738)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(134)	351	(803)	371
Outras despesas operacionais	(1.333)	(2.337)	(5.317)	(6.888)
Despesas operacionais	(45.966)	(43.974)	(71.374)	(75.379)
Vendas	(782)	(795)	(1.470)	(2.028)
Gerais e administrativas	(38.243)	(35.347)	(60.983)	(64.490)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(6.941)	(7.832)	(8.921)	(8.861)
Total das despesas por natureza	(45.966)	(43.974)	(71.374)	(75.379)

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(145.999)	(187.513)	(203.450)	(279.693)
Transportes e locações	(39.540)	(52.221)	(56.657)	(72.358)
Serviços de terceiros	(48.208)	(34.225)	(70.581)	(60.769)
Viagens e locomoção	(7.778)	(7.749)	(10.097)	(11.840)
Utilidades e facilidades	(26.772)	(26.339)	(31.779)	(37.363)
Mídia e publicidade	(17.499)	(13.994)	(25.538)	(23.833)
Depreciação e amortização	(4.487)	(5.378)	(6.893)	(11.339)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(4.724)	(3.973)	(9.092)	(11.321)
Custos de produção	(21.369)	(25.815)	(104.084)	(149.856)
Total	(316.376)	(357.207)	(518.171)	(658.372)

26. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e bonificações	(11.847)	(12.468)	(23.871)	(28.239)
Despesa de férias	(1.470)	(1.298)	(1.783)	(1.865)
Despesa de 13º salário	(1.039)	(980)	(1.541)	(1.756)
Encargos sociais	(4.913)	(5.276)	(7.877)	(9.365)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(3.325)	(1.617)	(3.414)	(1.689)
Pagamentos baseados em ações	(1.120)	(631)	(1.120)	(631)
Outros benefícios a empregados (i)	(4.002)	(3.203)	(4.865)	(4.769)
Total de despesas com benefícios a empregados	(27.716)	(25.473)	(44.471)	(48.314)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(4.724)	(3.973)	(9.092)	(11.321)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(22.992)	(21.500)	(35.379)	(36.993)
Total	(27.716)	(25.473)	(44.471)	(48.314)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(865)	(838)	(5.255)	(7.164)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(427)	(228)	(3.078)	(4.379)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	(669)	(458)	(669)	(458)
Juros com debêntures	(4.177)	(7.699)	(4.177)	(7.699)
Outras	(3.301)	(3.338)	(1.460)	(1.338)
Total	(9.439)	(12.561)	(14.639)	(21.038)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras:				
Juros ativos	331	563	3.000	4.482
Rendimentos de aplicações financeiras	8.461	8.878	12.022	16.345
Outras	291	1.479	186	395
Total	9.083	10.920	15.208	21.222

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(4.851)	(22.063)	(11.625)	(22.211)
Ativas	4.902	20.053	10.619	12.737
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(137)	(309)	(159)	(341)
Ativas	1.500	1.885	2.306	2.848
Total	1.414	(434)	1.141	(6.967)

28. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(510)	(1.957)	(2.659)	(5.863)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	5.543	23	5.543	3
Outras	(12)	871	1.886	442
Total	5.021	(1.063)	4.770	(5.418)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesa de IRPJ corrente	(1.720)	-	(9.812)	(7.624)
Despesa de CSLL corrente	(634)	-	(1.061)	(382)
IRPJ e CSLL diferidos	(15.158)	(7.983)	(13.691)	(12.471)
Total	(17.512)	(7.983)	(24.564)	(20.477)

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro do período antes do IRPJ e da CSLL	61.866	34.575	69.830	46.502
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(21.034)	(11.756)	(23.742)	(15.811)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(94)	(57)	(213)	(266)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	(931)	(1.551)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	1.062	1.856
Controlada tributada no exterior	-	-	(425)	(4.919)
Resultado de equivalência patrimonial	3.914	3.620	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	(381)	(214)	(381)	(214)
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento	-	688	-	688
Outros itens	83	(264)	66	(260)
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	(17.512)	(7.983)	(24.564)	(20.477)
% alíquota efetiva	28%	23%	35%	44%

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	2015		Variação		2016		Variação		2017	
<u>Controladora</u>										
Impostos diferidos ativos sobre:										
Não circulante:										
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 14b)	21.066	(6.748)	14.318	(14.318)	-					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	197	(119)	78	113	191					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.637	681	7.318	99	7.417					
Prejuízos fiscais	33.891	609	34.500	(721)	33.779					
Base negativa de CSLL	13.219	79	13.298	(260)	13.038					
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(555)	(208)	(763)	7	(756)					
Outras provisões	4.022	(2.277)	1.745	(234)	1.511					
Total do ativo líquido	78.477	(7.983)	70.494	(15.314)	55.180					
			Reconhecidos em outros resultados abrangentes		Reconhecidos em outros resultados abrangentes					
<u>Consolidado</u>										
Impostos diferidos ativos sobre:										
Não circulante:										
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 14b)	21.066	(6.748)	-	14.318	(14.318)	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	735	(702)	107	141	258	10	409			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.637	894	-	7.531	112	34	7.677			
Prejuízos fiscais	40.666	(7.519)	1.353	34.500	(591)	-	33.909			
Base negativa de CSLL	13.219	79	-	13.298	(260)	-	13.038			
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(555)	(208)	-	(763)	7	-	(756)			
Outras provisões	5.819	(1.982)	277	4.114	1.521	(385)	5.250			
Total do ativo	87.587	(16.186)	1.737	73.139	(13.271)	(341)	59.527			
Impostos diferidos passivos sobre:										
Não circulante:										
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(705)	239	-	(466)	263	-	(203)			
Total do passivo	(705)	239	-	(466)	263	-	(203)			
Total líquido	86.882	(15.947)	1.737	72.673	(13.008)	(341)	59.324			

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	26.262	26.577
Diferenças temporárias dedutíveis	619	68
	26.881	26.645
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	9.140	9.059

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	4.188	4.809
2019	5.922	6.543
2020	7.547	8.168
2021	8.335	8.956
2022	9.230	9.851
2023	9.809	10.430
2024	10.149	10.770
Total	55.180	59.527

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 17, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº6) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 23).

30.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			2017	2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(25.709)	(43.534)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	8.234	1.749
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	130.708	97.533
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	13.1	21.217	15.370
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	13.1	(27.849)	(30.484)
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	122.684	46.426
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(22.174)	(24.141)
Total de exposição			207.111	62.919
Efeito no resultado			(142)	(11.053)

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			2017	2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(25.709)	(43.534)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	20.699	8.989
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	177.316	128.472
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	13.1	7.957	6.436
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	174.193	68.188
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(69.077)	(52.708)
Total de exposição			285.379	115.843
Efeito no resultado			3.721	(2.368)

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% ao ano para a emissão de 2010 e 2,40% ao ano para a emissão de 2015 (nota explicativa nº 17).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 27).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

30.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo não possui esse tipo de instrumentos financeiros contratados.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Bancos	Empréstimos e recebíveis	Dólar	8.234	1.749	8.234	1.749
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Dólar	-	14.314	-	14.314
Mútuo com controlada no Peru	Empréstimos e recebíveis	Dólar	3.355	2.103	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dólar	(23.541)	(22.604)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólar	(173)	(340)	(368)	(371)
Total de exposição			(12.125)	(4.778)	7.866	15.692
Efeitos no resultado			(127)	(1.309)	177	390

• Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

• Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;

• Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$5.500 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

• Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 31 de dezembro de 2017 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

Risco		Controladora			
		Cenário			
		2017	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(25.637)	(26.782)	(27.216)	(27.649)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(72)	(74)	(74)	(75)
Aplicações financeiras	Redução	127.391	136.029	138.067	140.354
Exposição líquida		101.682	109.173	110.777	112.630

	Risco	Consolidada			
		2017	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(25.637)	(27.367)	(27.801)	(28.234)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(72)	(74)	(75)	(75)
Aplicações financeiras	Redução	177.316	201.634	208.546	215.458
Exposição líquida		151.607	174.193	180.670	187.149

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$7.491 e R\$22.586 (controladora e consolidado) nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,40% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$9.095 e R\$29.063 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$10.948 e R\$35.542 (controladora e consolidado, respectivamente).

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de dezembro de 2017 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	Controladora			
		2017	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	8.234	8.214	10.268	12.321
Fornecedores	Aumento	(173)	(173)	(216)	(259)
Exposição líquida		8.061	8.041	10.052	12.062

	Risco	Consolidado			
		2017	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	20.699	20.649	25.811	30.973
Fornecedores	Aumento	(368)	(367)	(459)	(551)
Exposição líquida		20.331	20.282	25.352	30.422

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$20 e R\$49 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$1.991 e R\$5.021 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$4.001 e R\$10.091 (controladora e consolidado, respectivamente).

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 27).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

31. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		2017	2016
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	62.400	63.896
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	168.590	124.706
		<u>230.990</u>	<u>188.602</u>

32. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Até o 1º ano	14.184	16.407
Do 2º ao 5º ano	32.547	33.053
Total	<u>46.731</u>	<u>49.460</u>

c) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$61.215.

d) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque de Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos administrativos contra a Inspiração é de R\$ 30.056 para 31 de dezembro de 2017.

33. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano"), ratificado em 13 de janeiro de 2011, alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 e prorrogada pela Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2016. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do Plano.

As parcelas anuais, cujo período de "vesting" não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo “Black & Scholes”. Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores	Valores	Valores a registrar em períodos futuros
		registrados no resultado até 2016	registrados no resultado em 2017	
2007	1.256.666	2.869	-	-
2008	505.576	1.414	-	-
2010	119.373	195	-	-
2012	438.300	805	-	-
2013	406.000	411	7	-
2014	1.322.000	211	-	-
2015	950.000	249	135	101
2016	488.000	-	487	592
2017	1.200.000	-	491	911
Total	6.685.915	6.154	1.120	1.604

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Datas de outorga	Planos individuais para cada executivo contemplado											
	28/09/2007	01/10/2007	23/02/2010	04/07/2012	24/10/2012	01/07/2013	01/07/2014	10/11/2014	01/04/2015	28/04/2016	18/08/2017	
Número de executivos contemplados	1	1	1	2	8	10	13	1	8	1	6	24
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	23/02/2017	01/10/2014	23/02/2017	15/04/2017		01/07/2017	01/07/2018	30/12/2018	14/04/2020		27/04/2021	14/04/2022
Volatilidade do preço da ação	32,98%			34,60%	34,60%	37,39%	36,85%	38,80%	41,72%		54,77%	20,75%
Taxa de juros livre de risco	12,06%			12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%		13,25%	1,86%
Preço para exercício por opção R\$	10,98			11,93	11,93	6,02	5,03	4,77	2,36		6,03	4,31
Indexador	Não indexado			Indexado pelo IGP-M				Não indexado	Indexado pelo IGP-M		Não indexado	Indexado pelo IGP-M
Preço para trimestre, corrigido - R\$	10,98			15,52	15,52	7,37	5,79	4,77	2,63		4,77	5,99
Valor justo por opção - R\$:												
Série 1	5,02	5,02	-	5,04	1,54	1,51	0,79	0,12	0,49	0,27	2,50	1,67
Série 2	5,02	5,02	1,48	5,00	1,95	1,68	0,97	0,18	0,56	0,4	3,19	1,69
Série 3	5,02	5,02	2,22	4,95	2,17	1,76	1,07	-	-	0,5	3,71	1,75
Série 4	5,50	5,51	2,74	4,89	2,31	1,81	1,12	-	-	0,56	4,14	1,81

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das informações contábeis de 31 de dezembro de 2017, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

Movimentação das opções de compra de ações do exercício:

	2017		2016	
	Opções	Preço médio outorgado - R\$	Opções	Preço médio outorgado - R\$
Posição do início do ano	2.795.526	5,02	2.489.526	5,02
Outorgadas	1.200.000	4,31	488.000	6,03
Canceladas	-	-	(182.000)	4,20
Exercíveis no fim do exercício	3.995.526	4,67	2.795.526	5,08

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

	Consolidado			
	2017			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	406.557	153.833	92.505	652.895
Custos	(407.878)	(110.293)	-	(518.171)
Lucro bruto	(1.321)	43.540	92.505	134.724
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(17.138)	(12.448)	-	(29.586)
	(18.459)	31.092	92.505	105.138
Despesas administrativas				(37.018)
Resultado financeiro				1.710
Lucro antes dos impostos				69.830

	Consolidado			
	2016			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	563.880	136.112	92.462	792.454
Custos	(551.593)	(106.779)	-	(658.372)
Lucro bruto	12.287	29.333	92.462	134.082
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(19.250)	(23.114)	-	(42.364)
	(6.963)	6.219	92.462	91.718
Despesas administrativas				(38.433)
Resultado financeiro				(6.783)
Lucro antes dos impostos				46.502

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
<u>Receita líquida</u>		
Argentina	75.567	207.978
Brasil	461.499	497.566
Chile	100.350	86.910
Peru	15.479	-
	652.895	792.454

	Consolidado	
	2017	2016
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>		
Argentina	25.393	40.596
Brasil	98.710	81.388
Chile	11.485	12.106
Peru	(864)	(8)
	134.724	134.082

	Consolidado	
	2017	2016
<u>Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos</u>		
Argentina	13.911	18.199
Brasil	54.469	27.044
Chile	2.842	2.756
Peru	(1.464)	(1.353)
USA	72	(144)
	69.830	46.502

35. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$16 na controladora e R\$19 no consolidado (R\$91 na controladora e R\$453 no consolidado em 31 de dezembro de 2016).
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no montante de R\$1.049 (R\$7.448 em 31 de dezembro de 2016).

36. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 33).

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir:

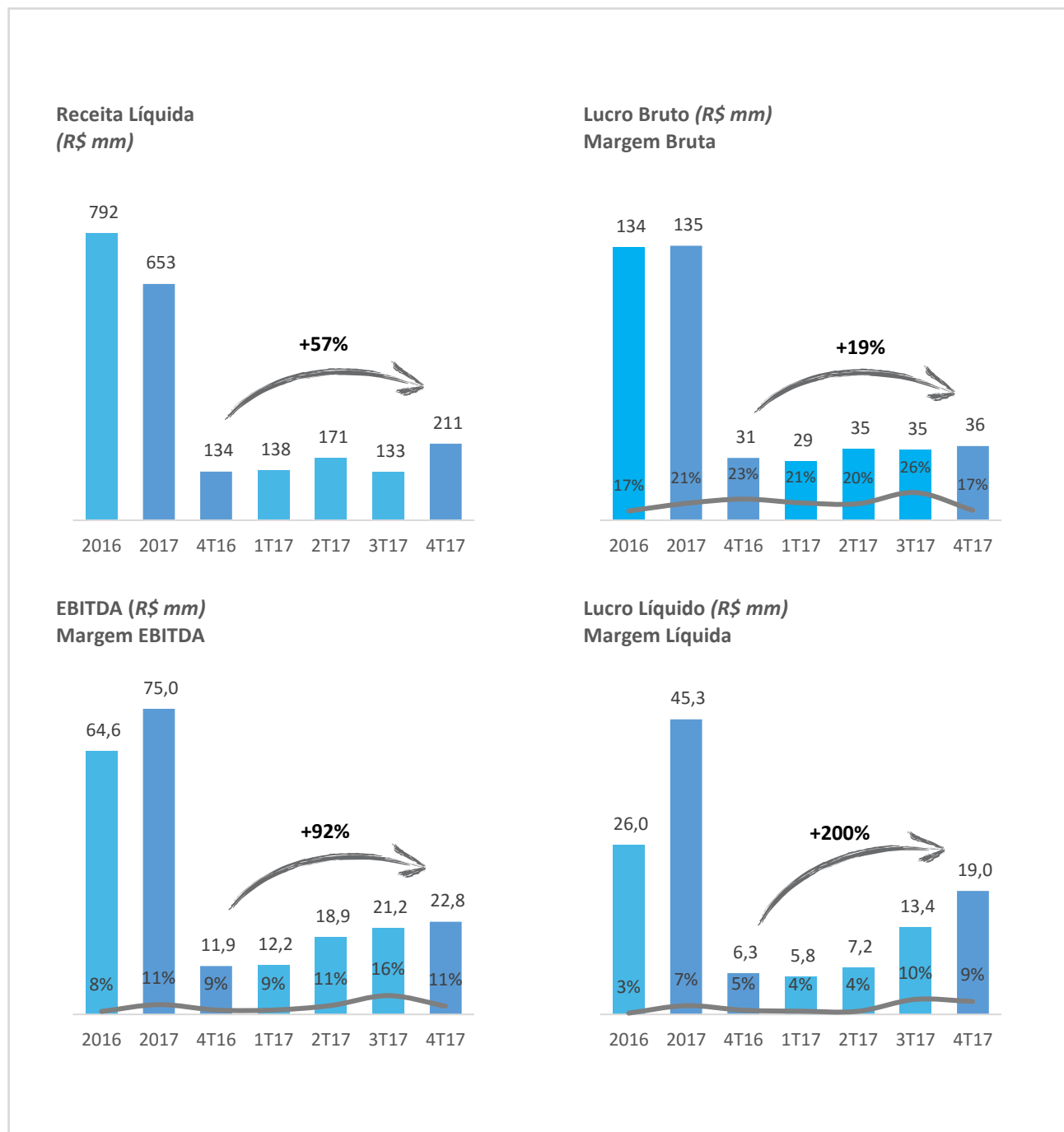
	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	44.354	26.592
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	67.466.265	67.500.665
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	69.997.265	68.390.665
Lucro básico por ação - em reais	0,6574	0,3810
Lucro diluído por ação - em reais	0,6337	0,3762

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 05 de março de 2018.

Apresentamos a seguir os comentários sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Demonstrações Financeiras Anuais (DFP).

Evolução Trimestral



Mensagem da Administração

Entregamos, pelo terceiro ano consecutivo, resultados crescentes e em linha com o *guidance* divulgado. Houve importante crescimento não somente em EBITDA (+16%) e lucro líquido (+74%), mas também nas margens: bruta (+3,7p.p.), EBITDA (+3,3p.p.) e líquida (+3,6p.p.).

Convertemos 115% do EBITDA em caixa e encerramos 2017 com caixa líquido de R\$172,3 milhões. Ajustando-se as contas do capital de giro, o *free cash* é superior a R\$130,0 milhões, a melhor posição financeira desde o nosso IPO.

Nos últimos anos focamos na simplificação de nossas estruturas e no controle ainda mais eficiente de gastos para enfrentar um cenário de economia bastante adverso nos países em que atuamos. Somos hoje uma empresa mais leve e eficiente sem perder o foco em nossos clientes, que no último ano somaram: 2 milhões de pessoas que vivenciaram os nossos eventos, além de outras 5 milhões que compraram ingressos através de nossos canais de vendas para eventos de terceiros, e mais de 100 clientes corporativos que patrocinaram os nossos eventos e/ou realizaram eventos em nossas casas de espetáculos.

Vislumbramos que nossa indústria continuará a se beneficiar do fato que cada vez mais (i) os artistas têm a maioria absoluta dos seus rendimentos atrelados às apresentações ao vivo; (ii) os consumidores, especialmente os *millenials*, utilizam uma parcela maior da renda disponível em gastos com experiência, e (iii) os clientes corporativos buscam a associação das marcas às experiências dos consumidores.

Somado a isto, a revolução tecnológica que estamos vivenciando está jogando a nosso favor, potencializando ainda mais a conexão destes 3 pilares.

Iniciamos 2018 com um calendário de eventos programados bastante expressivo. Para o segmento de música ao vivo *outdoor*, o número de eventos já contratados está 10% acima do que foi promovido em todo o ano de 2017, considerando que o Festival Lollapalozza Brasil cresceu para 3 dias e é um sucesso absoluto. Nos segmentos mais recorrentes: música ao vivo *indoor*, esportes e família e teatro, destacamos o retorno do musical original da Broadway – O Fantasma da Ópera, que é o espetáculo de maior sucesso de todos os tempos em nosso país.

Em relação ao cenário macroeconômico, as projeções são bastante promissoras, especialmente para o Brasil, que representa 70% de nosso faturamento, o que pode resultar não somente em aumento na taxa de ocupação média nos nossos segmentos mais recorrentes, mas também em um relevante incremento em patrocínios, que foi a parte mais afetada pela crise dos últimos anos, devido ao corte na verba de marketing das empresas brasileiras. A título ilustrativo, se tivéssemos em 2017 a receita média de patrocínios de 2010 a 2012, ajustada pela inflação no período, o EBITDA do ano mais que dobraria.

Combinando nosso pipeline com as boas perspectivas macroeconômicas, estamos bastante confiantes na entrega de resultados crescentes para 2018 e acreditamos que estamos no início de um ciclo de crescimento e retomada de nossas margens aos níveis históricos.

Fernando Alterio
CEO

Pipeline de Eventos

- **Música ao Vivo**

Outdoor

Em março, promoveremos os shows de Pearl Jam no Maracanã no Rio de Janeiro e Gorillaz no Jockey Club em São Paulo e o Festival Lollapalooza Brasil, que cresceu para 3 dias neste ano, e está com os ingressos esgotados. O Festival contará com mais de 70 atrações, das quais destacamos: Red Hot Chilli Peppers, Pearl Jam, The Killers, LCD Sound System, Lana Del Rey, Imagine Dragons, Chance the Rapper, Wiz Khalifa, dentre muitos outros.

Em maio, apresentaremos a *farewell tour* de Ozzy Osbourne nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Buenos Aires e Santiago.

Em outubro, promoveremos a turnê de Roger Waters, em 7 capitais brasileiras, além de Buenos Aires.

Ao todo, já temos contratadas 22 apresentações *outdoor* para 2018, sendo que em todo o ano de 2017 promovemos 20 shows neste segmento.

Indoor

Em música *indoor*, já temos programados ao redor de 70 shows para o 1S18, incluindo importantes artistas internacionais e nacionais como: Eddie Vedder, Liam Gallagher, Royal Blood, David Byrne, Laura Pausini, Maria Bethânia e Zeca Pagodinho, Simone encontra Ivan Lins, Nando Reis, Maria Rita, Roupas Nova, entre muitos outros.

- **Eventos Família e Teatro**

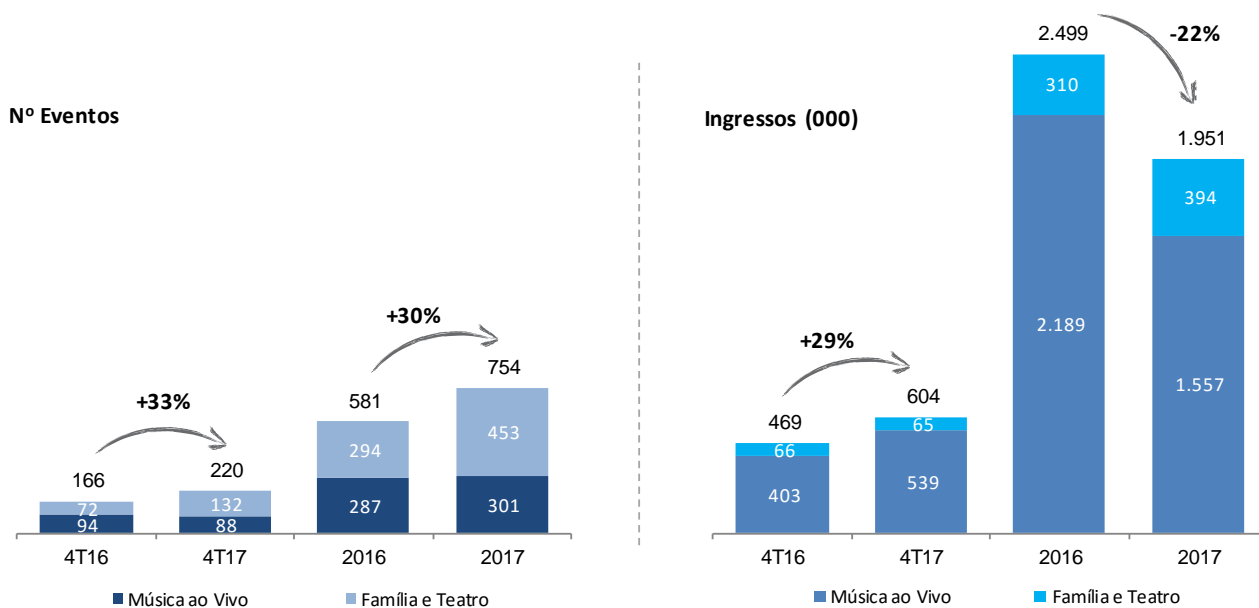
Em janeiro e fevereiro promovemos o espetáculo argentino Fuerza Bruta e o musical Dois Filhos de Francisco em São Paulo.

Estrearemos, no segundo semestre de 2018, o musical original da Broadway, O Fantasma da Ópera, que foi nosso recorde de público entre todos os musicais, quando apresentado em 2005/2006.

- **Eventos Esportivos**

Seguiremos promovendo as principais categorias do automobilismo nacional, com 12 etapas da Stock Car e 8 das demais categorias: Campeonato Brasileiro de Marcas e Stock Light.

Comentários sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado



Indicadores Operacionais

Em 2017 promovemos 754 eventos de música ao vivo, teatro e família com público pagante de 2,0 milhões.

Em música ao vivo, promovemos 301 shows com 1,6 milhão de ingressos vendidos. Houve incremento de 5% no número de eventos, porém com redução de 29% no público pagante. O aumento no número de shows reflete um importante crescimento em shows *indoor*, principalmente de artistas locais/latinos, em nossas *venues* e de terceiros (com capacidade até 15.000 pessoas). A redução no público pagante total deve-se à redução de 50% no número de shows em estádios, que tem capacidade superior a 40.000 pessoas.

Em família e teatro, o número de eventos aumentou 54% e o público pagante 27%. Em 2017 apresentamos o musical *Les Miserables*, o espetáculo *Fuerza Bruta*, o *Circo da China*, os *Harlem Globetrotters* e iniciamos o musical *Dois Filhos de Francisco*, enquanto em 2016 promovemos apenas o musical *Wicked* e o espetáculo *Disney on Ice*.

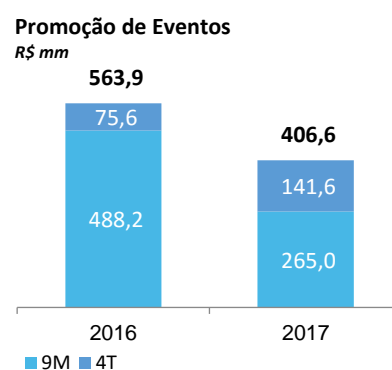
Sempre divulgamos que, historicamente, o último trimestre do ano é o que apresenta o maior nível de atividade, e o 4T17 confirmou isto, apresentando não somente os maiores indicadores do ano em termos operacionais, como também em receita, lucro bruto, EBITDA e lucro líquido.

Receita Líquida

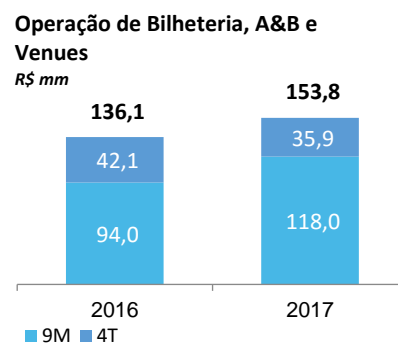
Receita Líquida (R\$ mm)	2016	2017	Var. %	4T16	4T17	Var. %
Promoção de Eventos	563,9	406,6	-28%	75,6	141,6	87%
Música ao Vivo	522,2	355,1	-32%	65,9	130,1	97%
Eventos Família e Teatro	34,4	39,8	16%	7,1	6,4	-10%
Eventos Esportivos	7,3	11,6	59%	2,7	5,1	90%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	136,1	153,8	13%	42,1	35,9	-15%
Patrocínio	92,5	92,5	0%	16,7	33,7	102%
Promoção de Eventos	78,0	74,7	-4%	13,1	30,1	129%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	14,4	17,8	23%	3,6	3,6	1%
TOTAL	792,5	652,9	-18%	134,4	211,2	57%

Apresentamos receita líquida de R\$652,9 milhões, em 2017, e de R\$211,2 milhões no 4T17.

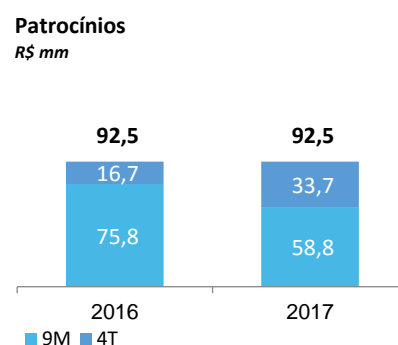
A receita líquida na promoção de eventos diminuiu 28% em 2017, alcançando R\$406,6 milhões, reflexo da menor atividade em shows de estádios ano contra ano, com impacto no preço médio dos ingressos devido ao mix, dado que os shows outdoor apresentam o maior ticket médio. No 4T17 houve crescimento de 97% na receita líquida de música ao vivo, pois houve a maior concentração de shows outdoor do ano neste trimestre, com a realização da turnê do Paul McCartney no Brasil e do Festival Solid Rock no Brasil, Argentina e Chile.



A receita líquida de operação de bilheteria, A&B e venues aumentou 13% em 2017, graças ao maior nível de atividade na ticketeira, com a maior venda de ingressos para shows próprios e de terceiros realizados em 2017 e programados para 2018, resultando em consequente aumento do reconhecimento da taxa de conveniência.



A receita líquida de patrocínios foi de R\$92,5 milhões, o que representa 14% da receita líquida de 2017, contra 12% em 2016. No 4T17, a receita de patrocínios dobrou em relação ao 4T16, alcançando R\$33,7 milhões, o melhor resultado para o último trimestre desde 2013.



Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ mm)	2016	2017	Var. %	4T16	4T17	Var. %
Promoção de Eventos	12,3	(1,3)	n.a.	(0,2)	(9,9)	n.a.
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	29,3	43,5	48%	14,1	12,6	-11%
Patrocínio	92,5	92,5	0%	16,7	33,7	102%
Lucro Bruto	134,1	134,7	0%	30,6	36,5	19%
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>16,9%</i>	<i>20,6%</i>	<i>3,7 p.p.</i>	<i>22,7%</i>	<i>17,3%</i>	<i>-5,5 p.p.</i>

Apesar da diminuição de 18% na receita líquida, o lucro bruto de 2017 ficou em linha, resultando em ganho de 3,7 pontos percentuais na margem bruta, que alcançou 20,6%, a maior margem dos últimos anos.

No 4T17, o lucro bruto aumentou 19%, passando para R\$36,5 milhões.

Despesas (Receitas) Operacionais

Despesas (Receitas) Operacionais (R\$ mm)	2016	2017	Var. %	4T16	4T17	Var. %
Vendas	(2,0)	(1,5)	-28%	0,1	(0,5)	n.a.
Gerais e Administrativas	(64,5)	(61,0)	-5%	(17,5)	(14,6)	-16%
Remuneração dos Administradores	(8,9)	(8,9)	1%	(1,9)	(2,2)	18%
SG&A	(75,4)	(71,4)	-5%	(19,3)	(17,4)	-10%
Outras receitas (despesas) operacionais	(5,4)	4,8	n.a.	(2,0)	1,9	n.a.
Total	(80,8)	(66,6)	-18%	(21,3)	(15,5)	-27%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>10,2%</i>	<i>10,2%</i>	<i>0,0 p.p.</i>	<i>15,9%</i>	<i>7,3%</i>	<i>-8,5 p.p.</i>

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram redução de 5% em 2017, somando outras despesas operacionais a redução é de 18% ano contra ano. No 4T17, a redução total foi de 27%, versus o 4T16.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	2016	2017	Var. %	4T16	4T17	Var. %
Resultado Líquido	26,0	45,3	74%	6,3	19,0	200%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	20,5	24,6	20%	3,7	2,3	-38%
(+) Resultado Financeiro Líquido	6,8	(1,7)	n.a.	(0,7)	(0,2)	n.a.
(+) Depreciação	11,3	6,9	-39%	2,6	1,8	-33%
=EBITDA	64,6	75,0	16%	11,9	22,8	92%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>8,2%</i>	<i>11,5%</i>	<i>3,3 p.p.</i>	<i>8,8%</i>	<i>10,8%</i>	<i>1,9 p.p.</i>

O EBITDA de 2017 aumentou 16%, alcançando R\$75,0 milhões, com ganho de 3,3 pontos percentuais na margem, mesmo sem crescimento na linha de patrocínios. Entregamos pelo terceiro ano consecutivo EBITDA crescente, e dentro do *guidance* divulgado.

No 4T17, o EBITDA apresentou crescimento de 92%, atingindo R\$22,8 milhões, o que representa o sexto trimestre consecutivo de EBITDA crescente.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mm)	2016	2017	Var. %	4T16	4T17	Var. %
Receitas Financeiras	21,2	15,2	-28%	3,6	4,7	29%
Juros Ativos	4,5	3,0	-33%	0,4	0,9	98%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	16,3	12,0	-26%	2,7	3,8	37%
Outros	0,4	0,2	-53%	0,5	0,0	-93%
Despesas Financeiras	(21,0)	(14,6)	-30%	(3,9)	(4,1)	6%
Juros Passivos	(7,2)	(5,3)	-27%	(1,0)	(2,3)	132%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(7,7)	(4,2)	-46%	(3,0)	(0,6)	-79%
Perdas com Operações de Swap	(0,5)	(0,7)	46%	-	-	n.a.
Impostos sobre Transações Financeiras	(4,4)	(3,1)	-30%	0,7	(0,8)	n.a.
Outros	(1,3)	(1,5)	9%	(0,5)	(0,3)	-36%
Variação Cambial	(7,0)	1,1	n.a.	0,9	(0,4)	n.a.
Resultado Financeiro Líquido	(6,8)	1,7	n.a.	0,7	0,2	n.a.

Em 2017, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$1,7 milhão, versus resultado negativo de R\$6,8 milhões em 2016, principalmente, pelo resultado positivo na variação cambial de nossa posição de caixa em dólar e dos contratos de *hedge* assumidos para pagamento de cachê.

Resultado Líquido

Lucro Líquido (R\$ mm)	2016	2017	Var. %	4T16	4T17	Var. %
Resultado Antes de Impostos	46,5	69,8	50%	10,0	21,2	113%
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(8,0)	(10,9)	36%	(1,5)	(0,5)	-65%
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	(12,5)	(13,7)	10%	(2,2)	(1,7)	-20%
	26,0	45,3	74%	6,3	19,0	200%
<i>Margem Líquida (%)</i>	3,3%	6,9%	3,6 p.p.	4,7%	9,0%	4,3 p.p.

O lucro líquido cresceu 74% em 2017, passando para R\$45,3 milhões (ROE + 14,6%), com ganho de 3,6 pontos percentuais na margem. O lucro líquido do 4T17 triplicou em relação ao 4T16, alcançando R\$19,0 milhões, com ganho de 4,3 pontos percentuais na margem líquida.

Capital de Giro

Capital de Giro (R\$ mm)	2016	9M17	2017	Var. % (2017/2016)	Var. % (2017/9M17)
Ativo	109,5	201,9	224,0	105%	11%
Contas a Receber	68,2	123,6	174,2	155%	41%
Estoques	1,3	1,1	1,0	-24%	-4%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	39,9	77,2	48,8	22%	-37%
Passivo	149,2	241,5	265,0	78%	10%
Fornecedores	52,7	73,9	69,1	31%	-6%
Adiantamento de Clientes	96,5	167,6	196,0	103%	17%
Capital de Giro	(39,7)	(39,6)	(41,1)	3%	4%

Em 2017, apresentamos capital de giro negativo de R\$41,1 milhões, versus R\$39,7 milhões em 2016. A manutenção do capital de giro negativo deve-se principalmente ao nosso modelo de negócios, no qual apresentamos venda antecipada de ingressos e patrocínios (registradas em adiantamentos de clientes), frente aos pagamentos dos gastos com fornecedores concentrados em sua grande maioria em datas próximas aos eventos relacionados.

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	2016	2017	Var. %	4T16	4T17	Var. %
Fluxo de Caixa Operacional	(80,5)	86,4	n.a.	24,8	(19,1)	n.a.
Fluxo de Caixa de Investimento	(17,8)	11,6	n.a.	(14,6)	(0,3)	-98%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(25,1)	(29,5)	17%	(1,7)	(4,5)	171%
Variação Cambial sobre Saldos de Caixa	7,5	6,3	-15%	1,6	3,9	141%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	(115,9)	74,9	n.a.	10,2	(20,0)	n.a.
Saldo de Caixa + Aplicações	137,5	198,0	44%	137,5	198,0	44%
Empréstimos e Financiamentos - CP	18,5	17,4	-6%	18,5	17,4	-6%
Empréstimos e Financiamentos - LP	25,1	8,3	-67%	25,1	8,3	-67%
Endividamento Total	43,5	25,7	-41%	43,5	25,7	-41%
Caixa (Dívida) Líquido	93,9	172,3	83%	93,9	172,3	83%

Encerramos o ano de 2017 com R\$198,0 milhões em caixa (R\$204,8 milhões considerando o caixa restrito), versus R\$137,5 milhões em 2016:

- Caixa operacional: geramos R\$86,4 milhões em 2017, o que corresponde a uma **conversão de 115% do EBITDA em caixa**.
- Investimentos: esta conta ficou positiva em R\$11,6 milhões devido ao vencimento de R\$14,3 milhões em aplicações contra um capex de manutenção de apenas R\$2,8 milhões no ano.
- Financiamento: dispendemos R\$29,5 milhões com nossas atividades de financiamento, principalmente, com as amortizações semestrais das debêntures e pagamento de juros, que somam R\$22,0 milhões, e com a distribuição de R\$6,3 milhões em dividendos.

Encerramos 2017 com: (i) endividamento total de R\$25,7 milhões, redução de 41% ano contra ano e (ii) caixa líquido de R\$172,3 milhões, aumento de 83% em relação a 2016.

Considerações Finais

Em cumprimento às disposições da Instrução CVM 381, a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da PricewaterhouseCoopers. A Companhia adota como política atender à regulamentação que define as restrições de serviços a serem prestados pelos auditores independentes às companhias abertas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços que não aqueles de auditoria externa.

* * *

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Fernando Luiz Alterio, Diretor Presidente e Flábia Helena Schiavon, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, declaram que são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

Declaram ainda que revisaram o conjunto das demonstrações financeiras e seu conteúdo é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 07 de Março de 2018

Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes

Fernando Luiz Alterio, Diretor Presidente e Flábia Helena Schiavon, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, declaram que tem conhecimento sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão de acordo com a íntegra do mesmo.

São Paulo, 07 de Março de 2018

Proposta de Orçamento de Capital

A Administração está propondo a retenção do montante de R\$ 21.068.193,26 do lucro líquido do exercício de 2017.

Considerando tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, envolvem riscos e incertezas, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

Para fazer frente aos investimentos previstos no plano de crescimento da Companhia e de suas controladas, a Administração está propondo a retenção do montante de R\$ 21.068.193,26 (vinte e um milhões, sessenta e oito mil, cento e noventa e três reais e vinte e seis centavos) do lucro líquido do exercício de 2017, que somaremos ao saldo de 31 de dezembro de 2016 na rubrica de Reserva de Lucros.

<u>Fontes de recursos:</u>	<u>R\$ (000)</u>
Saldo da Reserva de Retenção de Lucros em 31 de dezembro de 2016	25.047
Outros	(399)
Retenção de Lucros	31.602
<i>Lucro Líquido do exercício de 2017</i>	<i>44.354</i>
<i>Reserva Legal</i>	<i>(2.217)</i>
<i>Dividendo Mínimo Obrigatório (25%)</i>	<i>(10.535)</i>
Saldo da Reserva de Retenção de Lucros em 31 de dezembro de 2017	56.250
Dividendo Adicional Proposto (25%)	(10.534)
<u>Aplicações de recursos:</u>	<u>Projeção 2018 em R\$ (000)</u>
Aquisições de participações	8.000
Capex de manutenção	4.300
Custos pré-operacionais da arena multiuso para 20 mil pessoas a ser implantada na área que abriga o ginásio do Ibirapuera, que atualmente está em processo de licitação pela secretaria de Esporte e Lazer do Governo do Estado de São Paulo.	33.416
Total das aplicações de recursos	45.716

A Administração da Companhia entende como necessária a manutenção das Reservas de Lucros nos níveis atuais, às quais serão acrescidas à geração operacional de caixa do exercício de 2018 para suporte ao plano de crescimento dos negócios.